



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

PJ/PG.Nº 346/2021

Do: Procurador Geral
Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Contagem-MG

Senhor Presidente:

Instados a emitir parecer sobre a Emenda 002/2021 de autoria do Vereador Daniel do Irineu, adequando o Quadro de Detalhamento por U.O-LOA anexo VI do Projeto de Lei 023/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Município de Contagem para o exercício de 2022”, cumpre-nos manifestar:

Trata-se de Emenda apresentada pelo Vereador Daniel do Irineu ao Projeto de Lei nº 023/2021 de autoria do Poder Executivo, que “*Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Município de Contagem para o exercício de 2022*”.

A Emenda, *in examen*, é apresentada com o objetivo de adequar o Quadro de Detalhamento de Despesa por Unidade Orçamentária, contido no Projeto de Lei 023/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o orçamento anual para o exercício de 2022.

Ab initio, em que pese a possibilidade de apresentação de emendas a projeto de lei do orçamento anual, as mesmas precisam estar em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Contagem, com o Regimento Interno e com a Lei 4.320/64.

Dessa forma, somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 166, § 3º, I e II e III da Carta da República, indicando os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as emendas que incidam sobre dotações de pessoal e seus encargos, serviços da dívida, e transferências tributárias constitucionais. Podendo, ainda, as emendas serem relacionadas a correção de erros ou omissões, ou com os dispositivos do texto do projeto de lei, vejamos:



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;*
- b) serviço da dívida;*
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou*

III - sejam relacionadas:


- a) com a correção de erros ou omissões; ou*
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.”*

Por fim, a emenda deverá identificar corretamente a classificação/fonte cuja dotação será cancelada, com isso, diante da ausência de clareza na especificação, a mesma não teria como prosperar no ordenamento pátrio vigente.

Diante das considerações apresentadas, manifestamo-nos **pela ilegalidade e inadmissibilidade da Emenda Parlamentar nº 002/2021, apresentada pelo Vereador Daniel do Irineu, ao Projeto de Lei 023/2021, de autoria do Poder Executivo, enviado a esta Casa Legislativa pela Excelentíssima Prefeita do Município de Contagem, Sra. Marília Aparecida Campos.**

É o nosso parecer, que submetemos à apreciação de Vossa Senhoria.

Contagem, 09 de novembro de 2021.


Silvério de Oliveira Cândido
Procurador Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS